



Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos **Direitos das Mulheres** DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO



128ª edição - agosto de 2023 (atualizada até 03/09/2023)

APRESENTAÇÃO

Trazemos nesta 128ª Edição do Boletim Informativo do NUDEM um pouco sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo Núcleo no último mês. Juntamos, também, outros materiais, como notícias, projetos e atividades, relacionados aos direitos das mulheres.

Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a toda pessoa que queira colaborar, basta enviar seu comentário ou contribuição para nosso email: nucleo.mulheres@defensoria.sp.def.br

Como funciona?

Se interessou por alguma notícia? Para abrir basta **clique no título**.

ACOMPANHANDO O NUDEM

Ações de interesse realizadas pelo Núcleo ou pela Defensoria

- ✓ **Justiça homologa acordo entre Defensoria Pública e Santa Casa de Tupã para garantia de direito a acompanhante a mulheres grávidas e puérperas:** Em atuação coordenada pelo Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem), a Defensoria Pública de SP e a Santa Casa de Tupã realizaram um acordo judicial que visa a garantir o direito a acompanhante, independentemente do gênero, a todas as mulheres durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto. O acordo foi homologado pelo juiz da 1ª Vara Cível de Tupã, após a Defensoria Pública ter confirmado que o hospital adequou suas instalações de forma a respeitar a privacidade das mulheres e garantir o direito ao acompanhante, como solicitado em ação civil pública proposta em outubro de 2021. Notícias DPE.
- ✓ **EGC discute enfrentamento à violência de gênero:** A segunda parte do evento, mediada pela coordenadora do GT Gênero do Observatório de Políticas Públicas, Angélica Fernandes, contou com uma mesa que discutiu a questão da violência de gênero à luz dos dados apresentados pela auditoria. Participaram dela Amelinha Teles, diretora da União de Mulheres de São Paulo, Denise Mota Dau, secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Ministério das Mulheres, e Nalida Coelho Monte, da Defensoria Pública e coordenadora auxiliar do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem). EGC Notícias.

Para mais informações, [acesse nosso site](#)





LEGISLATIVO EM FOCO

Atividade legislativa relacionada à temática de gênero



Aprovada revogação da Lei de alienação parental. Senado Federal.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou nesta quarta-feira (16) projeto que revoga integralmente a Lei da Alienação Parental (Lei 12.318, de 2010). Apresentado pelo senador Magno Malta (PL-ES), o PL 1.372/2023 recebeu voto favorável da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e agora segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Com alta da violência contra mulheres, lei que prevê delegacias 24h no país não avança. Folha de São Paulo.

Governo federal diz ser necessária a ampliação de funcionários nos estados para fazer regulamentação.

Câmara aprova protocolo para coibir violência contra mulher em boates. Agência Brasil.

Proposta agora segue para o Senado



JUSTIÇA E GÊNERO

Os direitos das mulheres no judiciário

Aborto pode voltar à pauta do STF; entenda o que está em julgamento. Migalhas.

Antes da aposentadoria, ministra Rosa Weber, que é relatora do caso, pode colocar a ação para julgamento do plenário após seis anos em que o caso está parado.

Weber vai pautar drogas, presos, indígenas e aborto antes de deixar STF. Uol.

Os dois meses que faltam para a aposentadoria de Rosa Weber serão dedicados a julgamentos de temas progressistas no STF (Supremo Tribunal Federal).

Judiciário vai dar atenção especial a processos de violência doméstica. Agência Brasil.

Ação dos Tribunais de Justiça acontece durante toda esta semana.

TSE empossa primeira magistrada negra a integrar a Corte. O Globo.

Advogada Edilene Lobo é nomeada ministra substituta da classe dos juristas.

A Justiça proferiu quase 400 mil sentenças de violência doméstica e feminicídio no país em 2022. CNN Brasil.

Dados do relatório “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha: ano 2022”, elaborado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), mostram que 640.867 mil processos de violência doméstica e familiar e feminicídio ingressaram no Poder Judiciário em 2022.

STF invalida retratação e renúncia tácitas previstas na Maria da Penha. Migalhas.

STF garantiu a continuidade de ações penais nos casos em que a vítima de violência doméstica não comparecer à audiência de retratação. O Supremo também proibiu que as audiências de aval a acusações nestes casos sejam de ofício, podendo ocorrer, apenas, por pedido das vítimas.

Homem transgênero tem direito a medidas protetivas da lei Maria da Penha. Migalhas.

Juiz entendeu que violência sofrida por homens transgêneros não são muito diferentes daquelas vividas por mulheres transgêneras.





PANORAMA NACIONAL

Notícias para entender gênero no Brasil

- **Parecer da AGU fixa pena de demissão para casos de assédio sexual nas autarquias e fundações públicas federais. Gov.br.**
Entendimento deverá ser observado durante análise de procedimentos administrativos disciplinares, uniformizando tratamento dos casos na administração pública federal indireta.
- **Aborto: 'Seremos estritos ao cumprimento da lei', diz ministra da Saúde a parlamentares. Agência Patrícia Galvão.**
Bancada conservadora questionou ministra sobre resolução do Conselho Nacional de Saúde que sugere a legalização do aborto e da maconha no país.
- **São Paulo registra um caso de violência doméstica a cada 19 minutos. Metrôpoles.**
Cidade de São Paulo registrou quase 14 mil boletins de ocorrência de violência doméstica no 1º semestre deste ano, um a cada 19 minutos.
- **Pressão por mulher no STF expõe falta de representação feminina na cúpula do Judiciário. Agência Patrícia Galvão.**
Levantamento obtido pelo GLOBO faz raio-x do baixo número de magistradas em postos de poder na Justiça.
- **Indígenas de SC resistem em defesa do território ancestral ibirama-laklãnõ. Catarina.**
Tese jurídica defendida pelo governo catarinense ameaça existência dos povos indígenas; placar no STF é de 3 a 2 contra o Marco Temporal.
- **Campanha pressiona Alesp contra PL que obriga vítima a denunciar crime para acessar aborto legal. Catarina.**
Lançada por organizações feministas, a campanha "Ser vítima não é crime" quer evitar que o PL seja aprovado na Comissão da Mulher da Alesp.



PANORAMA INTERNACIONAL

Entenda o que está acontecendo mundo afora

- **'Mães de Haia': convenção internacional é usada para separar brasileiras de seus filhos no exterior. Agência Patrícia Galvão.**
Mulheres que denunciaram violência doméstica em outros países relatam via-crúcis contra ex-companheiros que lançam mão de tratado para ter a guarda de menores.
- **41,8% das mulheres nos EUA percorrem longas distâncias para conseguir aborto. Galileu.**
Estudo feito após decisão de 2022, que devolveu aos estados norte-americanos poder de proibir o procedimento, revela dificuldade de acesso que vai além das leis; entenda.
- **Nós por Elas e ABNT formalizam à ISO norma de combate à violência contra a mulher. JOTA.**
O Instituto Nós por Elas e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) formalizam a proposta do Brasil à ISO (Organização Internacional de normalização) como a primeira norma mundial de combate à violência contra a mulher.
- **Peru nega aborto a menina de 11 anos estuprada pelo padrasto; ONU questiona. Agência Patrícia Galvão.**
Homem chegou a ser detido, mas Justiça mandou soltá-lo; mãe da criança disse ter sido ameaçada pelo companheiro.
- **Trabalhadoras esquecidas: mulheres na economia informal na Tunísia. Capire.**
Souad Mahmoud escreve sobre a vulnerabilidade social e as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras tunisianas na economia informal.
- **Captura corporativa dos sistemas alimentares e recursos naturais da África. Capire.**
Leonida Odongo denuncia o poder corporativo nos países africanos e compartilha alternativas populares baseadas na agroecologia.
- **Morte de menor na França pela arma de policial inflama debate sobre racismo. Capire.**
Os últimos protestos na França por justiça ao jovem de origem argelina Nahel Merzouk denunciam o racismo e a xenofobia no país.



















FORMANDO-SE SOBRE GÊNERO



DEBATES ESSENCIAIS

Temas centrais para a promoção dos direitos

-  Unimed dificulta acesso ao DIU para mulher sem filhos. **Catarinas.**
-  Mulheres contra a mineração e o trabalho informal; perfil de Miriam Makeba. **Capire.**
-  Audiências de conciliação e a revitimização das mulheres. **Jota.**
-  Vítimas de violência sexual no Brasil, venezuelanas desconhecem direito ao aborto. **Gênero e Número.**
-  De 44 comissões do Congresso, apenas 7 são presididas por mulheres. **Metrópoles.**
-  Justiça tem média de 250 ações de assédio moral e sexual no trabalho ao dia. **Uol.**
-  Dupla jornada para mulheres leva a ciclo de pobreza. **Agência Brasil.**
-  Na hora de fazer não gritou”, frase ouvida por mulheres vítimas de violência na hora do parto. **Revista Fórum.**
-  Pesquisa estuda adoecimento de mães de vítimas da violência do Estado. **Agência Brasil.**
-  Mulheres fazem trabalho doméstico por 9,6 horas a mais que os homens por semana, aponta IBGE. **Brasil de Fato.**
-  Elas e a floresta eram virgens: a lei Maria da Penha não chega à Amazônia. **Uol.**
-  Com quantas omissões se faz a violência contra a mulher? Especialistas debatem. **Glamour Globo.**
-  Desmonte das políticas públicas levou a aumento da violência contra mulheres, afirmam debatedoras. **Agência Câmara de Notícias.**
-  Pesquisa aponta empate técnico entre favoráveis e contrários à legalização do aborto no Brasil. **CNN Brasil.**
-  Mecanismos de direitos humanos para tipificar a violência política de gênero. **Conjur.**
-  Mulheres e negros na política reduzem corrupção e aumentam projetos de inclusão, diz estudo. **Folha Uol.**

MATERIAIS DE APOIO



▶ **ABORTO LEGAL VIA TELEMEDICINA É UM DIREITO E PODE SER ACESSADO NO BRASIL; VEJA COMO E ONDE.** **Revista Marie Claire.**

Há três anos, a ginecologista Helena Paro passou a oferecer aborto legal autogestionado e acompanhado à distância para driblar a superlotação do sistema de saúde. O método ficou e, hoje, é oferecido em oito centros de atendimento pelo Sudeste e Nordeste do país. **Clique aqui para saber onde acessar o aborto legal via telemedicina no Brasil.**

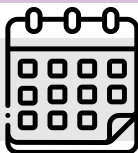
▶ **9 QUESTÕES PARA ENTENDER OS CRIMES DE ESTUPRO NO BRASIL. Nós Mulheres da Periferia.**

Dos 74.930 casos de estupro denunciados em 2022, quase 60% das vítimas eram negras e 88,7% eram mulheres. Elencamos nove perguntas e respostas para você ficar por dentro do contexto desse crime no país. **Clique aqui para acessar as perguntas e respostas sobre o crime de estupro no Brasil.**



ATUANDO PELA IGUALDADE DE GÊNERO

CALENDÁRIO FEMINISTA



Agosto Lilás - Enfrentamento à Violência Doméstica

Agosto Lilás conscientiza a população sobre o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Câmara Municipal de São Paulo.

“O Agosto Lilás é o mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher. É uma campanha nacional que busca chamar a atenção da sociedade para o enfrentamento à violência doméstica. A escolha do mês tem relação com a data de sanção da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que completou 15 anos no dia 7 de agosto.”



Cartilha Lei Maria da Penha - sua vida começa quando a violência termina. Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Mês da visibilidade lésbica

Por que o mês da visibilidade lésbica é tão importante? UOL.

A comunicadora e militante LGBTQIA+ Débora Baladin explica o porquê de agosto ser o mês da Visibilidade Lésbica e dá cinco razões pelas quais a celebração ainda é extremamente necessária.

INICIATIVAS PARA CONHECER

▶ AUTONOMIA EMOCIONAL | Laboratório Think Olga

Ter autonomia emocional é a possibilidade de encontrar liberdade sobre o próprio corpo, mente, coração e subjetividade, respeitando sempre os limites individuais. No mundo atual, reflexões sobre gênero e raça são motivadores de mudança e chave para transformações nesta seara. Como criamos meninas para que elas desejem mais do que o casamento como plano de sucesso? Para que não sintam que são incompletas sem um homem ao lado validando sua existência? Como entender o funcionamento para desfazer a vulnerabilidade que o racismo histórico é capaz de infligir? Como construir segurança emocional? Como incentivar que mulheres busquem suas próprias vias de autonomia? Estas foram algumas das questões que nos motivaram.



Olhares

- **Onde fica o Brasil na questão do aborto?** Anis Bioética. Com avanços tímidos em relação a muitos vizinhos, o país avançou pouco em termos legislativos, mas tem evitado retrocessos.
- **Do Planejamento à Execução: A Morte de Marielle Franco e Anderson Gomes Contada Por Élcio de Queiroz.** O Globo. Ex-PM admitiu ter sido o motorista do atirador na noite do crime e detalhou todos os passos de antes e depois do assassinato.



PODCASTS

- **Patrícia Galvão Podcast: série Enfrentamento à violência doméstica contra mulheres: Responsabilidades do Estado e de toda a sociedade. Agência Patrícia Galvão.**

Episódios contam com participações da advogada Rosângela Martins, da assistente social Graziela Acquaviva e do professor Sérgio Barbosa.

- **A fome do Brasil é negra, mulher e vive nas regiões Norte e Nordeste. Uol.**

“QUEM PASSA FOME NO BRASIL?”

Neste episódio do podcast *Papo Preto*, Setela Diogo recebe Bárbara Barboza, coordenadora de justiça racial e de gênero da OXFAM Brasil, organização que colaborou na elaboração do inquérito, para analisar esses números. "A pandemia significou um alto índice de endividamento e também de luto. Significou uma escassez absurda, que há muito tempo não se vivia nesse grau".

LITERATURA

“Heroínas brasileiras e as histórias nunca contadas.”

Tem gente que parece ter nascido com o propósito de ser curiosa! As autoras deste livro sempre desenharam e escreveram histórias, expondo suas obras em sala de aula e/ou em feiras. Em meio a diversidade de pensamentos e ideias, uma nota fixa sempre fez parte do imaginário destas produtoras, a certeza de que para a realização de um produto sensacional, seria preciso muita força de vontade, pesquisa e muito trabalho. Então, unidas de muito entusiasmo, nossas autoras estudaram bastante, atenderam a inúmeras reuniões de pauta e participaram de aclamadas discussões. Foi um longo caminho, mas parece que elas conseguiram, publicaram seu primeiro livro em parcerias e amizades, contando as histórias e feitos das seguintes mulheres:

Dorina Nowill - Nise da Silveira - Niède Guidon - Maria da Penha - Ana Neri - A Quintilha - Nadia Ayad - Helena Nader - Bertha Lutz - Graziela Barroso - Natália Mota - Márcia Barbosa

DOCUMENTÁRIO



LEI DA MORDAÇA.

A sessão será seguida de um debate sobre a Lei de Alienação Parental (LAP) e a violação de direitos humanos de mulheres e crianças no Brasil, com a diretora e as especialistas Suzana Devulsky, Marina Ganzarolli e Valéria Scarance.

Através de relatos de uma mãe vítima da Lei de Alienação Parental e de imagens de arquivo, o documentário revela a existência de uma pseudociência que faz parte da legislação e atua nos processos de varas de família do Brasil, prejudicando mulheres e crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Clique aqui para saber mais.**





Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos
Direitos das Mulheres

NOSSA EQUIPE

DEFENSORAS COORDENADORAS

Tatiana Campos Bias Fortes

Nalida Coelho Monte

Rita de Cássia Gandolpho

ESTAGIÁRIAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

EM DIREITO

Eduarda Melo da Silva

Giovanna Martins de Brito

Natália Leme Pereira

ESTAGIÁRIAS DE DIREITO

Elisandra Jacqueline Alfano

Stephanie Romanelli Amorim

Laís Souza Ciampi e Loures

CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Anna Carolina Lanas Cabral - psicóloga

Daniela Barbom Sorpilli - assistente social

Rita Kawana Duarte Queiroz - estagiária

Mayara Cruz Sacoman - estagiária

DEFENSORAS INTEGRANTES

Aline Rodrigues Penha

Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin

Andrea Castilho Nami Haddad Barreto

Carolina Rangel Nogueira

Claudia Aoun Tannuri

Danielle Gaiotto Junqueira

Erika Ramos da Silva Miranda

Fernanda Costa Hueso

Juliana Garcia Belloque

Mariana Dalberto

Mariana Melo Bianco

Mônica de Melo

Nelise Christine de Castro Santos Ogawa

Paula Sant'anna Machado de Souza

Priscila Aparecida Lamana Diniz

Tatiana Semensatto de Lima Costa

Yasmin Oliveira Mercadante Pestana

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Eller Aguiar Souza Araujo